

CARTILHA DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

**GUIA PRÁTICO PARA PROFISSIONAIS DA
SAÚDE**



Copyright © 2025. Universidade do Estado do Pará. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. Universidade do Estado do Pará (UEPA).



Coordenação Editorial, Supervisão e Aprovação:

Lívia de Aguiar Valentim

Produção:

Ana Camille Viana Falcão Brito

Raquel Casto Carvalho

Rayane Pires da Silva

Apresentação

01

Promover um cuidado inclusivo significa reconhecer e valorizar cada pessoa em sua singularidade. No campo da saúde, isso implica garantir que todos — independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual — tenham acesso igualitário a um atendimento digno, humanizado e livre de discriminação.

Com esse propósito, **docentes e acadêmicos(as) do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA)** desenvolveram este projeto de extensão voltado à **capacitação de profissionais da saúde de Santarém (PA)**.

A iniciativa tem como objetivo **fortalecer a prática do cuidado inclusivo** e qualificar os profissionais para atender às demandas específicas da população LGBTQIAPN+, contribuindo para a construção de **ambientes de saúde mais acolhedores, seguros e respeitosos**.

Esta cartilha digital foi elaborada como **material de apoio**, com linguagem clara e objetiva, reunindo informações essenciais, orientações práticas e referências importantes para auxiliar os profissionais de saúde no enfrentamento de preconceitos institucionais e na promoção de uma assistência equitativa, ética e transformadora.



Sumário:

02

1. Introdução	03
1.1 Importância do atendimento inclusivo	03
1.2 Papel dos profissionais de saúde	04
2. Conceitos e Terminologias	05
2.1 Definições fundamentais	05
2.2 Nome social e pronomes	06
3. Princípios do Cuidado Inclusivo	07
4. Comunicação e Linguagem Respeitosa	08
4.1 Perguntas adequadas	08
4.2 Evitando constrangimentos	09
5. Acolhimento Humanizado e Boas Práticas	10
5.1 Recepção e escuta ativa	10
5.2 Privacidade e sigilo	11
5.3 Encaminhamentos adequados	12
6. Direitos, Políticas Públicas e Ética Profissional	13
6.1 Legislação e normas	13
6.2 Responsabilidade ética	14
7. Vulnerabilidades em Saúde e Manejo Clínico	15
7.1 Saúde mental	15
7.2 IST/HIV/AIDS	16
7.3 Violências e barreiras de acesso	17
8. Referências e Canais de Apoio	19
9. Mensagem Final	20



1. Introdução

1.1 Importância do atendimento inclusivo

A garantia do **acesso universal e equitativo** à saúde é um direito constitucional no Brasil e um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a população **LGBTQIAPN+** ainda enfrenta **barreiras estruturais e simbólicas** que comprometem a efetividade desse direito, incluindo discriminação, estigmas sociais, desinformação profissional e ausência de protocolos clínicos sensíveis à diversidade.

Essas barreiras resultam em **procura tardia por serviços**, subnotificação de agravos, abandono de tratamentos e piora de desfechos em saúde física e mental.



Promover a inclusão no cuidado em saúde não é apenas uma questão ética e profissional, mas também uma estratégia de saúde pública, que fortalece a confiança dos usuários nos serviços, melhora a adesão terapêutica e contribui para a redução de iniquidades.

A adoção de práticas inclusivas pelos profissionais de saúde — com **acolhimento humanizado, respeito ao nome social, uso correto de pronomes e comunicação empática** — é essencial para garantir atendimento digno, seguro e de qualidade.

1.2 Papel dos profissionais de saúde

Os profissionais de saúde exercem um papel estratégico na **promoção do acesso equitativo e humanizado** aos serviços de saúde. Como principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), eles são responsáveis não apenas pelo atendimento clínico, mas também por **estabelecer vínculos de confiança, reconhecer vulnerabilidades** e garantir que os direitos dos usuários sejam respeitados.



No caso da população LGBTQIAPN+, a atuação profissional exige **postura ética, escuta qualificada e comunicação inclusiva**, com respeito ao nome social, identidade de gênero e orientação sexual. Essa postura contribui para reduzir situações de constrangimento, discriminação e abandono de tratamento, fortalecendo a adesão aos cuidados e a qualidade da atenção ofertada.

Além disso, cabe aos profissionais de saúde **reconhecer sinais de vulnerabilidade física, mental e social**, assegurando encaminhamentos adequados, articulação com a rede de atenção e defesa ativa dos direitos dos usuários. Isso implica também atualização contínua sobre políticas públicas, protocolos clínicos e legislações que amparam a população LGBTQIAPN+.

2. Conceitos e Terminologias

05

2.1 Definições fundamentais



Compreender os conceitos relacionados à diversidade sexual e de gênero é essencial para que profissionais de saúde realizem atendimentos éticos, humanizados e livres de preconceitos.

- **Sexo biológico:** características anatômicas, genéticas e hormonais atribuídas ao nascer (masculino, feminino ou intersexo).
- **Gênero:** construção social e cultural relacionada aos papéis, comportamentos e identidades atribuídas a homens, mulheres e pessoas não binárias.
- **Identidade de gênero:** forma como a pessoa se reconhece e se identifica no espectro de gênero (ex.: homem, mulher, não binário), podendo ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento.
- **Expressão de gênero:** maneira pela qual cada pessoa manifesta seu gênero, por meio de aparência, vestimenta, linguagem e comportamento.
- **Orientação sexual:** refere-se à atração afetiva, emocional e/ou sexual de uma pessoa por outra(s).
 - **Heterossexualidade:** atração por pessoas de gênero diferente.
 - **Homossexualidade (gays e lésbicas):** atração por pessoas do mesmo gênero.
 - **Bissexualidade:** atração por mais de um gênero.
 - **Pansexualidade:** atração independente do gênero.
 - **Assexualidade:** ausência parcial ou total de atração sexual.
- **Intersexo:** pessoas que nascem com características sexuais que não se enquadram nas definições tradicionais de masculino ou feminino.
- **Cisgênero:** pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascer.
- **Transgênero:** pessoa cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascer, incluindo homens trans, mulheres trans e pessoas não binárias.



2.2 Nome social e pronomes

06

Respeitar o nome social e os pronomes de cada pessoa é um ato fundamental de reconhecimento da identidade de gênero e de promoção de um atendimento digno e humanizado. Para a população LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans e não binárias, ser chamada pelo nome e pronomes corretos significa segurança, respeito e acolhimento.

- **Nome social:** é aquele pelo qual a pessoa deseja ser identificada e tratada no cotidiano, podendo ser diferente do nome civil. Seu uso é garantido em serviços públicos de saúde, educação e assistência social.
- **Pronomes:** indicam como a pessoa deseja ser referida (**ex.: ele/dele, ela/dela, elu/delu**). Perguntar com naturalidade e utilizar corretamente o pronome preferido evita constrangimentos e reforça a relação de confiança entre profissional e usuário.

Boas práticas no atendimento:

- Perguntar de forma respeitosa: **“Como você prefere ser chamado(a/e)?”**
- Utilizar sempre o nome e pronomes informados pelo usuário, inclusive em registros internos (quando possível).
- Evitar correções públicas ou questionamentos invasivos sobre nome civil ou identidade de gênero.
- *Garantir sigilo e privacidade dessas informações.*



O uso correto do nome social é direito garantido pelo Ministério da Saúde e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O descumprimento pode configurar discriminação e violação de direitos humanos.

3. Princípios do Cuidado Inclusivo

07

O cuidado inclusivo baseia-se na premissa de que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou expressão de gênero, têm **direito a um atendimento em saúde respeitoso, equitativo e livre de discriminação**.



Princípios norteadores:

- **Equidade:** Tratar as pessoas conforme suas necessidades específicas, reconhecendo as desigualdades históricas enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ e atuando para superá-las.
- **Respeito à identidade:** Acolher cada usuário como ele se reconhece, respeitando o nome social, os pronomes, a aparência e as particularidades de sua vivência.
- **Autonomia:** Garantir que a pessoa LGBTQIAPN+ participe ativamente das decisões sobre seu cuidado, com acesso à informação e à escuta qualificada.
- **Integralidade:** Considerar o indivíduo em sua totalidade, abrangendo aspectos físicos, psíquicos e sociais.
- **Confidencialidade:** Assegurar o sigilo das informações compartilhadas, respeitando a privacidade e promovendo a confiança no serviço.

4. Comunicação e Linguagem Respeitosa

08

4.1 Perguntas adequadas



A **comunicação é uma ferramenta central no cuidado** em saúde. Quando utilizada de forma respeitosa e sensível, pode fortalecer o vínculo terapêutico e melhorar os desfechos do cuidado.

Evite fazer perguntas invasivas, ou que coloquem a pessoa em uma posição de constrangimento. **Prefira perguntas abertas**, que permitam ao paciente compartilhar suas necessidades com segurança.



Exemplos de boas práticas:

- Em vez de perguntar: **“Qual o seu nome de verdade?”**, pergunte: **“Como você gostaria de ser chamado(a/e)?”**
- Em vez de: **“Você já fez a cirurgia?”**, pergunte apenas se isso for relevante ao cuidado e com muito cuidado: **“Há alguma informação sobre sua anatomia ou tratamento hormonal que você gostaria de compartilhar para que possamos oferecer um cuidado mais adequado?”**

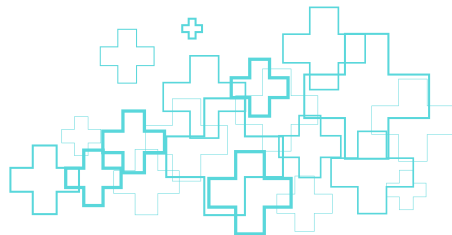
Dica importante: *Só pergunte o que for estritamente necessário ao cuidado de saúde.*

4.2 Evitando constrangimentos

09

- **Ambiente físico:** garantir local de atendimento que possibilite privacidade, sem exposição visual ou auditiva.
Ex: sala de consulta reservada, evitar que outras pessoas possam ouvir tudo que é dito.
- **Ambiente cultural:** ter cartazes, fluxos ou protocolos visíveis de apoio à população LGBTQIAPN+, demonstrando firme compromisso institucional.
- **Treinamento contínuo da equipe:** simulações, feedback, supervisão, correção de linguagem ofensiva ou descuidada — inclusive entre colegas.
- **Modalidades de comunicação não verbal:** postura corporal, expressão facial, tom de voz. Evitar expressões ou gestos que demonstrem surpresa ou julgamento.
- **Revise formulários, materiais de anamnese e prontuário:** eliminar linguagem excludente ou que force escolha binária de gênero, incluir opções diversas de sexo/gênero.

Constrangimentos ocorrem quando o paciente é exposto a julgamentos, piadas, olhares ou comentários impróprios. Atitudes simples podem evitar esses desconfortos:



5. Acolhimento Humanizado e Boas Práticas

10

5.1 Recepção e escuta ativa



Sabendo que a primeira interação define a qualidade do atendimento, receba cada paciente com atenção, postura aberta e sem julgamentos.

Recepção acolhedora: equipe de triagem (recepção, atendimento inicial) deve estar orientada para receber sem discriminação. Isso inclui porteiros, vigilância, limpeza — toda pessoa com quem o usuário venha a interagir.

Escuta ativa: postura de atenção, não interromper o relato, refletir de volta (**“O que estou escutando é que...”**), evitar minimizar (**“não é nada”**) ou supervalorizar (**“isso é muito grave”**) sem avaliação adequada.

Validar experiências: reconhecer sentimentos de vulnerabilidade ou de dor, tensão, medo. Frases como **“Entendo que isso seja difícil para você”**, **“Obrigada por confiar em compartilhar isso comigo”**.

Temporização: oferecer tempo para o paciente se expressar, não apressar ou interromper. Muitas pessoas LGBTQIAPN+ já foram silenciadas ou desrespeitadas, então o cuidado requer dar espaço.

5.2 Privacidade e sigilo

"Garantir a confidencialidade das informações é um direito fundamental do paciente e uma obrigação ética e legal do profissional de saúde."



- **Prontuário e nome social:** registrar nome social, pronomes preferidos, histórico relevante de identidade/transição, se necessário, garantindo que sejam visíveis para todos os profissionais envolvidos, mas respeitando quem não queira que esteja tão acessível (**evitar exposição desnecessária**).
- **Proteção de dados:** digital ou físico, restringir acesso. Somente profissionais diretamente envolvidos devem ter acesso a dados sensíveis.
- **Ambientes de atendimento físico:** uso de jalecos ou crachás que usem nome social, evitar o uso do nome civil (se diferente) quando isso causar constrangimento ou risco.
- **Condições de exame físico:** informar antes de tocar, explicar cada passo, perguntar consentimento verbal novamente — especialmente em exames que envolvam genitália ou partes íntimas.



5.3 Encaminhamentos adequados

Realizar encaminhamentos de forma ética, respeitosa e articulada é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a resolutividade das demandas de saúde da população LGBTQIAPN+.



Para que o processo de encaminhamento seja realmente inclusivo, é preciso:

- **Respeitar a identidade de gênero e o nome social** em todos os registros, comunicações e documentos enviados a outros serviços.
- **Conhecer a rede de apoio local**, incluindo unidades especializadas (ambulatório trans, centros de testagem, saúde mental, assistência social, defensoria pública, entre outros).
- **Estabelecer fluxos claros e acessíveis**, com orientações objetivas sobre onde ir, quem procurar e quais documentos levar, evitando burocracias desnecessárias que possam constranger ou dificultar o acesso.
- **Garantir que o paciente compreenda o motivo e o objetivo do encaminhamento**, utilizando linguagem simples e acolhedora, e certificando-se de que ele se sinta confortável e seguro para buscar o serviço indicado.
- **Acompanhar**, sempre que possível, o desdobramento do atendimento, identificando barreiras enfrentadas e oferecendo suporte complementar, caso necessário.

Encaminhar com responsabilidade é reconhecer que o cuidado não termina no atendimento inicial. Ele se estende à garantia de acesso, acolhimento e continuidade nos diferentes pontos da rede de saúde.

6. Direitos, Políticas Públicas e Ética Profissional

13

6.1 Legislação e normas



O atendimento inclusivo a pessoas LGBTQIA+ é respaldado por leis, decretos e normas que asseguram direitos, promovem equidade e orientam a prática clínica. Profissionais de saúde devem conhecer essas diretrizes para garantir cuidado ético, seguro e de qualidade.

- **Direitos do paciente:** acesso universal e igualitário, sigilo das informações e atenção integral à saúde física e mental, conforme:
 - **Constituição Federal (1988)** – garante direitos fundamentais e acesso à saúde sem discriminação;
 - **Lei nº 12.984/2014** – prevê políticas de atenção integral à saúde da população LGBTQIA+;
 - **Política Nacional de Saúde Integral LGBT+ (Ministério da Saúde, 2011)** – estabelece diretrizes para reduzir desigualdades e promover inclusão nos serviços de saúde;
 - **Código de Ética Médica e Código de Ética da Enfermagem** – garantem sigilo, respeito e atendimento sem discriminação.
- **Normas e protocolos clínicos:** orientam prevenção de IST/HIV/AIDS, acompanhamento de terapias hormonais, cuidado com a saúde mental e práticas de biossegurança.
- **Responsabilidades profissionais:** prestar atendimento sem discriminação, respeitar identidade de gênero e orientação sexual, cumprir protocolos clínicos e atualizar-se continuamente sobre legislações e diretrizes vigentes.

Conhecer e aplicar legislação e normas específicas é fundamental para um atendimento inclusivo, seguro e equitativo, garantindo respeito, direitos e qualidade de cuidado à população LGBTQIA+.



14

6.2 Responsabilidade ética

- **Código de Ética de Enfermagem:** (ex: COFEN no Brasil) exige respeito à dignidade humana, impedimento de discriminação, prestação de cuidado sem preconceitos. Usar o código como guia para abordar situações de discriminação institucional ou interpessoal.
- **Bioética aplicada:** princípios de beneficência (fazer o bem), não maleficência, justiça, autonomia. A discriminação ou negligência viola não só direitos humanos, mas estes princípios fundamentais.



- **Dever de denúncia:** quando houver violação de direitos ou práticas discriminatórias, o profissional tem o dever ético de relatar, seja internamente (comissão de ética ou ouvidoria da instituição), seja junto aos conselhos profissionais ou órgãos competentes.
- **Responsabilidade profissional contínua:** buscar atualização, reflexividade, supervisão; participar de processos de capacitação e retroalimentação em sua instituição; mudar práticas institucionais quando necessário.

7. Vulnerabilidades em Saúde e Manejo Clínico

15

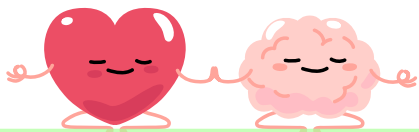
7.1 Saúde mental



A população LGBTQIA+ enfrenta desafios significativos em saúde mental, frequentemente decorrentes de **discriminação, violência, estigma e exclusão social**. Esses fatores aumentam o risco de transtornos como depressão, ansiedade, ideação suicida e transtornos de estresse pós-traumático. Estudos indicam que pessoas LGBTQIA+ apresentam taxas mais elevadas de sofrimento psíquico em comparação à população geral.

Estratégias para o Atendimento Clínico Inclusivo

- **Escuta ativa e sem julgamentos:** crie um ambiente seguro onde o paciente se sinta confortável para compartilhar suas experiências.
- **Uso correto de nomes e pronomes:** respeite a identidade de gênero do paciente, utilizando os nomes e pronomes por ele indicados.
- **Avaliação abrangente:** considere fatores como histórico de violência, apoio social e experiências de discriminação ao realizar a anamnese.
- **Encaminhamentos adequados:** quando necessário, direcione para serviços especializados em saúde mental ou apoio psicossocial.

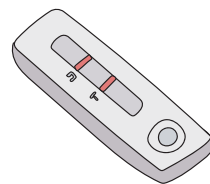


O cuidado inclusivo em saúde mental para pessoas LGBTQIA+ requer escuta sensível, respeito à identidade, avaliação integral e encaminhamentos apropriados, promovendo bem-estar, prevenção de agravos e fortalecimento da saúde emocional.

7.2 IST/HIV/AIDS

16

O cuidado de pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), incluindo HIV/AIDS, deve priorizar **prevenção, detecção precoce e acompanhamento clínico**, garantindo segurança, efetividade e respeito à diversidade.



1. Prevenção

- Oriente sobre práticas sexuais seguras, uso correto de preservativos e vacinação (hepatite B, HPV).
- Indique profilaxia pré-exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP) quando necessário.
- Ensine sobre hábitos de higiene e formas de reduzir a transmissão.

2. Diagnóstico precoce

- Realize testagem regular em pacientes com risco ou sintomas, garantindo consentimento informado.
- A detecção precoce permite início imediato do tratamento, reduzindo complicações e transmissão.

3. Acompanhamento e cuidado contínuo

- Monitore carga viral, contagem de CD4 e adesão ao tratamento antirretroviral.
- Identifique co-infecções e outras IST, oferecendo tratamento e orientações preventivas.

4. Abordagem inclusiva

- Comunique-se de forma respeitosa, sem estigmas.
- Mantenha sigilo absoluto e ofereça apoio emocional.
- Promova autonomia e educação em saúde, fortalecendo adesão e qualidade de vida.

7.3 Violências e barreiras de acesso

Pessoas LGBTQIA+ estão frequentemente expostas a diversas formas de **violência e discriminação**, o que aumenta sua vulnerabilidade e pode afetar diretamente a saúde física, mental e social. Profissionais de saúde devem estar preparados para **identificar sinais de violência, acolher sem julgamentos e oferecer suporte adequado**.



- **Violência física e psicológica:** agressões, intimidação, bullying, ameaças ou coerção relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero.
- **Discriminação institucional:** negativas de atendimento, comentários preconceituosos ou ausência de sensibilidade da equipe de saúde.
- **Violência estrutural:** barreiras sociais, econômicas e culturais que limitam o acesso a serviços de saúde, educação e redes de apoio.

Impactos na saúde: essas violências aumentam o risco de transtornos mentais, estresse crônico, abuso de substâncias, exposição a IST/HIV/AIDS e menor adesão a tratamentos.

Práticas de enfrentamento para profissionais de saúde:

- Criar ambientes seguros e acolhedores, livres de julgamentos;
- Reconhecer sinais de sofrimento emocional e violência;
- Garantir sigilo, proteção e encaminhamentos adequados para apoio psicológico e social.

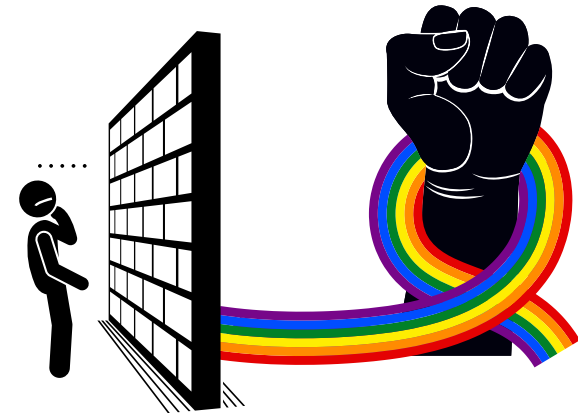
Barreiras de acesso

Medo de discriminação: experiências negativas anteriores podem levar pacientes a evitar atendimento.

Falta de capacitação profissional: desconhecimento sobre saúde LGBTQIA+ e protocolos clínicos específicos.

Infraestrutura inadequada: ausência de espaços inclusivos, materiais educativos adaptados e sinalização neutra.

Desigualdade social: dificuldade de transporte, baixa renda ou falta de documentos oficiais podem limitar o acesso a serviços.



Estratégias inclusivas para reduzir barreiras:

- Capacitar equipes sobre direitos, identidade de gênero e orientação sexual;
- Garantir ambientes acolhedores e privados, respeitando nomes e pronomes;
- Disponibilizar informações claras e acessíveis, com materiais educativos adaptados;
- Fortalecer encaminhamentos e redes de apoio, promovendo cuidado integral.

Identificar e enfrentar violências e barreiras de acesso é essencial para promover atenção inclusiva, equitativa e segura, protegendo a saúde física e mental da população LGBTQIA+.

9. Referências e Canais de Apoio

19



Referências Técnicas:

- Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral LGBT.
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Saúde trans: cuidado, promoção e prevenção.
- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- UNAIDS. Dados sobre HIV/AIDS e populações-chave.



Canais de Apoio e Denúncia:

- Disque 100 – Violação de direitos humanos.
- Ouvidorias do SUS.
- Defensorias Públicas Estaduais.
- Centros de Referência LGBTQIAPN+.
- Serviços especializados em hormonização e saúde mental.

10. Mensagem Final

20

O cuidado em saúde deve ser sinônimo de **respeito, acolhimento e dignidade**. A capacitação dos profissionais de enfermagem é uma ferramenta poderosa para transformar realidades e garantir que a população LGBTQIAPN+ encontre, nos serviços de saúde, não apenas tratamento, mas também **humanidade**.



A construção de um **SUS mais inclusivo** depende do comprometimento de cada profissional. Ao **reconhecer as especificidades e vulnerabilidades** da diversidade humana, reafirmamos o compromisso com a **equidade, a ética e a promoção da vida**.

Agradecimentos

Este projeto foi desenvolvido com o apoio e a orientação da Profa. Dra. Livia de Aguiar Valentim, cuja dedicação, competência e compromisso foram essenciais para a consolidação desta iniciativa e para o fortalecimento de nossa formação acadêmica, profissional e humana.

Agradecemos de forma especial aos profissionais de saúde participantes da capacitação, pela receptividade, interesse e engajamento. Sua participação ativa foi fundamental para enriquecer as discussões e fortalecer a construção coletiva de práticas mais inclusivas e humanizadas no cuidado à população LGBTQIAPN+.

Estendemos nosso reconhecimento às discentes integrantes do projeto, que, com entusiasmo, responsabilidade e sensibilidade, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento das atividades e para a elaboração desta cartilha.

Por fim, expressamos nossa gratidão à Universidade do Estado do Pará (UEPA), pelo incentivo e apoio às ações de extensão, que aproximam a universidade da comunidade, promovendo o compromisso social, a valorização da diversidade e a consolidação de uma saúde mais equitativa e acolhedora.



Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)**. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Brasília: MS, 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 10 de Outubro de 2025. Biblioteca Virtual em Saúde MS
- BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 600, de 11 de outubro de 2018**. Dispõe sobre uso do nome social nas ações e serviços de saúde. Brasília, DF: CNS, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2019/res0600_14_01_2019.html. Acesso em: 10 de Outubro de 2025. Biblioteca Virtual em Saúde MS
- POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio et al. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, v.22, n.5, p.1509-1520, maio 2017. SciELO Saúde Pública
- SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS; ... **“Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil.”** Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.24, 2020. SciELO
- XAVIER, B. F.; REIS, C. H. R.; CECÍLIO, H. P. M.; ODA, J. Y.; MACHADO, A. M. **Saúde da população LGBTQIA+ na formação de enfermeiros em instituições públicas brasileiras**. Revista Contexto & Saúde, v. 24, n. 48, e14555, 2024. Revistas Unijuí+1
- SOUZA, Guilherme Augusto de Cristo; VON RANDOW, Roberta Mendes. **Perspectivas de enfermeiros sobre a assistência à saúde LGBTQIAPN+ na Estratégia de Saúde da Família**. Pensar Acadêmico, v. 22, n. 5, 2024.